

O projecto de D. Luís da Cunha para o império português

Joaquim Romero Magalhães

Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 653-659

O projecto de D. Luís da Cunha para o império português

Joaquim Romero Magalhães *

Uma problemática com que em tempos os historiadores e ensaístas portugueses se debateram foi a do confronto estabelecido entre "estrangeirados" e "castiços". Aos primeiros, aos que tinham uma vivência do exterior de Portugal, que por fora tinham estudado, aprendido, observado e reflectido sobre outras realidades pretensamente mais avançadas, ficariam as grandes virtudes. Eram eles que de regresso à pátria - ou mesmo ainda das terras de exílio ou afastamento - através de inúmeros escritos diagnosticavam os males da pátria e propunham soluções para os remediar. A isso eram levados pelo confronto entre o que viam nos outros e o que na origem conheciam. Pelo contrário, do outro lado ficavam aqueles a que se designava por castiços, acuados à defesa do que existia, impedindo a inovação e hostis à modernidade. Faltara-lhe esse contrastar com o que no estrangeiro estava a ocorrer. Tipologia, talvez de influência weberiana, que dava jeito para alguma coisa tão difícil como a classificação de pessoas e de personalidades relevantes. Aplicava-se sobretudo às visões do século XVIII, antes da Luzes mas com elas já à vista.

A arrumação revelava-se cómoda. Ela permitia meter no mesmo saco todos quantos propugnavam pela mudança, independentemente das respectivas posições ideológicas. E até trabalhar sem grande preocupação cronológica. Faziam-se conviver personagens que nunca se tinham encontrado, até pela simples razão de não terem vivido no mesmo tempo nem coexistido no mesmo espaço.

Se hoje a problemática do século XVIII português já se não confina a um esquema tão simples, nem por isso a distinção entre "estrangeirados" e "castiços" deixa de revelar algumas virtudes operatórias. É que, sem margem para dúvidas, se houve quem vivendo no estrangeiro nunca se "estrangeirou" e permaneceu castiço, outros houve que procuraram aproveitar o que a abertura de horizontes lhes proporcionava para questionar Portugal e os Portugueses. E, de caminho, apresentar soluções para males que tinham por reformáveis.

Inegável o reconhecimento do gabarito de alguns destes estrangeirados. E, se os há que podem ser tidos por efectivamente estrangeirados, há que destacar entre eles D. Luís da Cunha. Merecidamente.

D. Luís da Cunha nasceu em Lisboa em 1662, filho de D. António Álvares da Cunha, Senhor de Tábua e Trinchante da Casa Real, e de D. Maria Manoel de Vilhena. Trata-se, sem dúvida, de uma das importantes famílias da aristocracia portuguesa, embora só mais tarde titulada na pessoa de um sobrinho do diplomata, o Conde da Cunha, que foi Governador-Geral do Brasil. Gente que exercia cargos palatinos, provavelmente porque os meios de fortuna não eram suficientes para contentar a sua prosápia. D. António Álvares da Cunha chegou mesmo a Guarda-mor da Torre do Tombo e a membro da Academia dos Generosos. Foi o primeiro português a pertencer à Royal Society de Londres.

É nesse ambiente da Corte e de fidalgos com preocupações intelectuais que se cria D. Luís da Cunha, que ingressou em 1678 na Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra, de que sai licenciado em 1785. Magistrado na Relação do Porto no ano seguinte, daí é transferido para Lisboa,

* Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia.

para a Casa da Suplicação. Em 1695 é nomeado por D. Pedro II como enviado extraordinário em Londres, onde se manteve de 1697 a 1712. Faz em seguida parte da delegação portuguesa à conferência de Utrecht (1712-1715). Passa depois para Madrid, onde tentará obrigar a Espanha a cumprir o Tratado de Utrecht (1718-1719): grande questão pendente, a da Colónia do Sacramento. De Madrid passa a França às negociações de Cambrai (1719-1720) e depois é transferido para Paris com passagem por Bruxelas (1725-1728). Embaixador na Haia (1728-1736), retomará o posto de Paris (1736-1749) onde morre pouco depois de a sua missão ter sido dada por finda e mandado regressar a Lisboa.

Como diplomata nos grandes meios internacionais, viu-se implicado como segundo plenipotenciário na negociação dos Tratados de Utrecht e andou por perto das grandes questões em que Portugal esteve implicado nos anos seguintes. Como todos os representantes do rei de Portugal no estrangeiro, fez a sua formação em serviço. Ele próprio confessa que de pouco lhe servira em Londres a prática anterior de despachar feitos na Casa da Suplicação. É a observação em directo da grande política internacional que lhe dá o conhecimento do modo de funcionamento das relações entre as potências e dos interesses em jogo que regem a diplomacia. Neste novo concerto das Nações de princípios do século XVIII, soube adquirir um posição de relevo nas Cortes onde serviu e de respeito na Corte, em Lisboa.

Todavia, não se limitava a ser um agente do rei de Portugal com o mais elevado estatuto. Dotado de grande inteligência e curiosidade, interessado num Portugal que queria diferente, estuda, propõe e manobra no sentido de uma profunda transformação do País. E é assim que o vemos implicado em arranjar mapas geográficos actualizados dos domínios ultramarinos, que não acha em Portugal, apesar de tentar encontrá-los junto dos jesuítas. Por isso vai passar à encomenda aos mais famosos cartógrafos franceses. Porque D. Luís da Cunha, como mais tarde o próprio rei D. João V, tem a perfeita noção de que era indispensável o domínio das realidades geográficas para a defesa e conservação do império português. Com destaque especial para duas das componentes principais, o Brasil e a África. Continentes que via articulados. A Ásia era mais conhecida e por esses tempos menos motivadora. A rota do Cabo não mais era essencial para a Coroa portuguesa.

Encontra-se D. Luís da Cunha alertado para a necessidade de aperfeiçoamento das representações cartográficas dos territórios sob domínio português, logo em 1720. Tomada de consciência desencadeada pela emergência de novos conhecimentos, nomeadamente pela leitura na Academia Real das Ciências de Paris da dissertação de Guillaume Deslile intitulada "Determination géographique de la situation et de l'étendue des différentes parties de la Terre". Porque o geógrafo francês vinha agora mostrar com maior rigor que a Colónia do Sacramento e as terras do Cabo do Norte se não deveriam incluir nas possessões portuguesas por força das posições geográficas que ocupavam. O que implicava uma reformulação política, da política territorial, precisamente por causa da necessidade de defender as fronteiras do Brasil e da interpretação que se deveria fazer da divisão decidida em Tordesilhas, em 1494. Agora obsoleta.

Em Portugal a questão era naturalmente seguida com atenção e sentido de perigo. No ano de 1722 o embaixador em Paris recebe ordens régias para contactar o cartógrafo francês, a quem fará encomendas. Porque só a partir de sólidas bases cartográficas se poderia avançar na necessária revisão política. Falecido Deslile, em 1725, passa D. Luís da Cunha a ligar-se a Jean Baptiste Bourguignon d'Anville, seu sucessor no cargo de primeiro geógrafo do rei de França. Porque a grande questão se aproximava, de substituir a linha de Tordesilhas pela aceitação negociada dos territórios ocupados que infringiam aquela. Que se queria que fossem militar e diplomaticamente defensáveis.

Mas não só. O embaixador interessou-se pela ligação entre a África ocidental e oriental. O que também decorre dessa mesma visão articulada de um império que não era a que existia. E essa ligação tinha a ver com a necessidade de evitar a progressão holandesa que a partir do Cabo poderia vir a chegar à área produtora do ouro, o Monomotapa. Ouro indispensável para os negócios asiáticos. Só a ocupação portuguesa poderia servir de obstáculo eficaz àquele avanço. Ora tudo isto ocorre, muito antes de estarem em discussão os limites do Brasil.

Logo por 1725 D. Luís da Cunha - provavelmente com a concordância de D. João V - encomenda ao cartógrafo francês Bourguignon d'Anville a feitura de um novo mapa da África austral. Tratava-se

de um excelente geógrafo, o mais conceituado por então em França, que vai de facto elaborar uma nova carta. Fez acompanhar essa nova carta por uma "Description Géographique de l'Afrique", que se inicia por uma "Mémoire ou l'on traite de la communication d'un cote de l'Afrique à l'autre". Auxiliado pelos mapas e descrições portuguesas e holandesas, consegue corrigir as representações anteriores e aproximar o novo desenho da realidade geográfica. Trabalho de gabinete que lhe exigiu reordenar a figuração de um espaço muito mal dominado. E que aperfeiçoou ainda em 1732 e em 1749.

Por "segurança e maior facilidade do seu comércio" havia "que abrir um caminho entre Angola e Moçambique, sem ser necessário dobrar o perigoso cabo de Boa Esperança". Porque a África e a Ásia não figuram para o embaixador como territórios destinados à colonização. Quere-os apenas como áreas de comércio, que deveriam ser entregues a uma companhia privilegiada. Nos rios de Sena resgatar-se-ia ouro e marfim. Essa companhia ficaria com o exclusivo do comércio da Ásia e da África "ao de lá do Cabo da Boa Esperança". Assim se restauraria o trato e seguraria o que restava da presença portuguesa na Ásia. A passagem do ouro pelo interior africano interessava sobretudo para fortalecer o movimento no Atlântico e, por certo, para ligar a África ao Brasil.

O papel económico e político do Brasil no conjunto de reinos e senhorios, domínios e conquistas portuguesas cedo começou a ser pensado pelo escol do Reino. Primeiro, com o grande crescimento da produção e do comércio açucareiro, logo em fins do século XVI. Depois vem o momento alto da luta contra os Holandeses, em meados do século XVII. Com a descoberta do ouro nos fins da mesma centúria, depois. O espaço brasileiro e o que nele ocorre torna-se central no pensamento económico e político português. Uma nova e radical reapresentação das questões é formulada por de D. Luís da Cunha em 1735-1736. Trata-se de uma proposta radical, "visionária", como ele próprio escreve. Que por então ficou escondida no papel que sobre isso escreveu. E que alguma divulgação acabou por ter, como o testemunha a existência de várias cópias. Projecto que só viria a ser lembrado bem mais tarde.

Projecto radical e visionário: para ver "florentíssimo e bem povoado aquele imenso continente do Brasil", deveria o rei de Portugal tomar o título de "imperador do Ocidente", deixando a Europa e indo lá estabelecer-se. Com a sua Corte seguiriam "todas as pessoas, que de ambos os sexos o quisessem acompanhar, que não seriam poucas com infinitos estrangeiros". E acrescenta, "na minha opinião o lugar mais próprio da sua residência seria a cidade do Rio de Janeiro, que em pouco tempo viria a ser mais opulenta, que a de Lisboa".

Juízo que resulta da observação de vantagens comparadas: como resultado delas o Brasil ficava a ganhar a Portugal. Diferenças climáticas seriam poucas: era terra muito saudável e parecida com Portugal. O "país era também próprio para nele se cultivarem os frutos da Europa, tendo já os da Ásia e África". Tinha trigo em abundância, na Colónia do Sacramento e no Rio de Janeiro. Nem seria preciso que fosse muito, porque os moradores "vivem muito bem da farinha de pau". Sal havia na capitania de Pernambuco. Quanto ao vinho, não lhe faltam as "parreiras que frutificam duas vezes no ano". Só era preciso ter cuidado com elas e aplicação ao trabalho. "Supondo porém em uma palavra que na América faltam muitas cousas, que crescem na Europa, e é constante que também na Europa faltam muitas e mais preciosas das que crescem na América com esta grande diferença que as que não há no Brasil se podem vir a ter com a indústria e aplicação, porém não há aplicação nem indústria bastante para produzir em Portugal o que há no Brasil, a saber o ouro, os diamantes, sem ser impossível descobrir minas de prata no Maranhão".

Mão-de-obra não abundava, mas era possível supri-la, e a emigração depressa se encarregaria de aumentar a população. Para conservar Portugal, o rei necessitava "totalmente das riquezas do Brasil e de nenhuma maneira das de Portugal, que não tem para sustentar o Brasil, de que se segue, que é mais cómodo e mais seguro estar onde se tem o que sobeja, que onde se espera o de que se carece".

Além de todos os frutos da Europa se darem lá bem, ficava "próxima das minas de ouro e diamantes". Assim, "seria mais fácil prevenir os seus descaminhos e cresceriam os seus descobrimentos [...] a que se juntaria a facilidade de tirar mais negros da costa da África e da Ilha de São Lourenço [*Madagáscar*], para a cultura de todos os géneros, que o Brasil produz". E mais. "A mesma conveniência teria Sua Magestade para sustentar o estado da Índia e os estabelecimentos que tem na dita costa de África e da Ilha de São Lourenço, para a cultura de todos os géneros que o

Brasil produz".

O comércio africano e asiático sairia assim beneficiado da nova organização do espaço político-económico. D. Luís da Cunha tinha do império português uma visão harmónica e global, o que impunha a articulação e a complementaridade dos diversos continentes, numa como que República Universal. Com o Brasil servindo de centro articulador, enfatize-se. O que pressupunha que fosse livre a navegação até lá, em direitura: "Seria pois o Brasil um entreposto de todas as mercadorias das outras três partes do Mundo, e ali as vidão buscar e trocar as nações da Europa, pelo ouro, prata e diamantes, que tais, como já disse, se devem supor os ricos e preciosos frutos daquele país".

Estrategicamente a proposta parece, na argumentação de D. Luís da Cunha, perfeitamente viável. A grande dificuldade residiria no perigo aparente que para Portugal representava a Espanha na Península. A contrapartida estava em que a presença de rei português na América impediria as ambições do rei de Espanha, pois a ameaça aí teria paralelo em possível avançada sobre os territórios coloniais espanhóis. Estes bem mais ricos do que o Reino de Portugal. Sendo que a partilha ainda podia ser retocada com a troca do Chile pelo Algarve.

O império português tinha que ser visto no todo mundial. Pequeno território na Europa, mas extensos e ricos domínios e colónias. "As conquistas, que supus ser um acessório de Portugal, eu as tenho pelo seu principal e ainda garantes da sua conservação principalmente as do Brasil". Por isso havia que as defender com uma boa armada, que impedisse a sua exploração por estrangeiros. Tantas eram as riquezas do Brasil que por elas todos os reinos europeus as cobiçavam e invejavam Portugal. Mas o que se obtinha ainda era pouco. A dificuldade em aumentar essa imensa riqueza consistia na falta de homens para as "novas empresas, e não convém despovoarmos Portugal para povoar o Brasil". Para o Brasil convinha que fossem colonos, mas para trabalhos agrícolas, não para as minas. Havia, em qualquer caso, que restringir a emigração. Também estrangeiros deveriam ser autorizados a ir para lá, embora devidamente vigiados e transportados "nas nossas frotas". A grande questão da cobrança dos quintos também merece ser apreciada nesta visão global do Reino e do império. O diplomata toma partido contra o pagamento do imposto pela capitação dos escravos que Alexandre de Gusmão gizara e impusera.

É um pouco do que consta das páginas que correm com o título de *Instruções inéditas a Marco António de Azevedo Coutinho*, que na época em que foram escritas apenas puderam ser conhecidas em manuscrito. Proposta *visionária e radical*, surge como conclusão de uma longa análise e de uma demorada reflexão. Realizada em cidades europeias, longe da tacanhez da corte portuguesa. Proposta que não podia agradar à alta aristocracia palaciana, que poucos interesses directos herdara além-Atlântico. E que por isso seria de esperar que muitas dificuldades levantasse contra a execução de uma tal medida, se o monarca se atrevesse a tomá-la. Por isso o próprio D. Luís da Cunha não queria que a proposta fosse revelada. Ou pelo menos não tentou que fosse mais conhecida. Mas, e é o que mais importa, já por 1735-1736 havia quem considerasse que o Brasil poderia ascender à categoria de império, numa orgânica integração com Portugal e com a África, que era preciso aproveitar. O que implicaria também o comércio asiático, que deveria ser reformulado como parte integrante de um todo reestruturado e recentrado no Rio de Janeiro.

D. Luís da Cunha assinalava nas *Instruções Inéditas* que ficava ainda por resolver a questão dos limites do Brasil, que as populações portuguesa e espanhola da América do Sul tinham ido definindo pela ocupação efectiva, sem que isso tivesse sido objecto de uma negociação formal. Fronteiras que estavam exigindo um acordo entre os dois reinos, para se pacificarem as suas relações. Fronteiras que o experiente diplomata propunha desde as negociações de Utrecht que se traçassem pelo Oiapoc (Rio de Vicente Pinzon) a Norte e pelo Rio da Prata a Sul.

A um outro diplomata e também tido como estrangeirado, Alexandre de Gusmão, coube tentar resolver essa grave questão dos limites da grande colónia americana, que levou à assinatura do Tratado de Madrid, em 1750. Construção política que de imediato se não estabilizou. Os conflitos entre Portugal e Espanha no século XVIII e os interesses da Inglaterra no Sul da América o impediram. Mas para isso D. Luís da Cunha também contribuiu activamente, em ligação com Alexandre de Gusmão, aquando das negociações. A ele se deve a encomenda de cartas a Bourguignon d Anville, em 1742, que sustentaram um mais rigoroso conhecimento da terra por parte dos negociadores portugueses. Cartas com elementos geográficos fornecidos pelo embaixador. A que acrescerão

um novo mapa, em 1747, e dois "discursos" de que o geógrafo francês também se encarregou. Colaboração que alguma coisa terá custado ao tesouro português. Porque bem mais precavidos e mais bem apetrechados do que os espanhóis estavam os portugueses em tal negócio.

A visão global dos interesses do rei de Portugal subjazia, para D. Luís da Cunha, a esta renovação do conjunto imperial, com um outro centro e perspectivando uma nova dinâmica. Colonização na América, comércio na África e na Ásia. Com a Corte instalada no centro, no Rio de Janeiro. Contudo, não era ainda tempo para apresentar publicamente uma tal proposta. Visionário e radical, o diplomata era suficientemente avisado para se não se arriscar a correr um tal risco. Mas um outro tempo poderia vir, "de que Deus nos livre, em que *la proposta* não seja mal lembrada". Veio. A toque de caixa. Em 1807. E não se destinando a reestruturar serena e racionalmente o todo imperial português. Havia apenas que salvar as peles dos membros da família real. O que não era pouco nem deixava de ser vital, na conjuntura política em que ocorria. Mas era outra coisa.